

Urbanização, periferias e política: formas de organização, pautas de reivindicação e lutas da população periférica hoje

Urbanization, peripheries, and politics: forms of organization, agendas of demands, and struggles of the peripheral population today

A noção de periferia, consolidada nos estudos urbanos brasileiros, desempenha um papel elucidativo fundamental ao revelar que esses territórios se desenvolveram historicamente. A periferia, entendida como expressão espacial da desigualdade estrutural do capitalismo, configurou-se como o “lugar dos e para os trabalhadores pobres” (Holston, 2013). Os estudos clássicos sobre periferias, como os de Kowarick (1979) e Maricato (1979), destacavam que esses aglomerados — distantes, precários e nem sempre formalizados — abrigavam a mão de obra essencial ao funcionamento da maquinaria econômica, evidenciando que a urbanização capitalista brasileira se sustentou sobre a superexploração violenta, a inclusão negativa e a disseminação da precariedade.

Entretanto, longe de serem apenas espaços passivos de espoliação, as periferias contemporâneas articulam-se como espaços de elaboração, reivindicação e luta política, engendrando transformações sociais e espaciais decisivas nas últimas décadas (Richmond et al., 2022). Caldeira (2024) tem sugerido pensar a “urbanização periférica” a partir da ideia de uma transversalidade entre esses espaços e as lógicas oficiais e formais, navegando por entre as tênues fronteiras entre o legal e o ilegal. A presença do Estado, como provedor de políticas públicas, expandiu-se em várias direções a partir da redemocratização, estruturando políticas de alcance inegável e melhorando as condições de vida das populações periféricas. A recente criação, em 2023, da Secretaria Nacional de Periferias (SNP), no governo Lula 3, sinaliza um esforço para incorporar as demandas periféricas às políticas públicas, o que representa uma conquista significativa. Além de retomar ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) voltadas para a urbanização de favelas que tinham sido suspensas no governo anterior, a SNP tratou de realizar as caravanas das periferias, de mapear as ações conduzidas pelos movimentos sociais e assessorias técnicas nas periferias bem como de promover a premiação de iniciativas bem-sucedidas que tiveram o protagonismo de comunidades periféricas como marca. Trata-se, justamente, de diversas iniciativas políticas presentes nas periferias que não se restringem aos espaços institucionais do Estado, mas se constroem fora dele, como coletivos, associações, movimentos sociais, entre outros.

Essas transformações, sobretudo, marcam também uma mudança epistemológica no campo dos estudos urbanos, constituído, como se sabe, por múltiplas disciplinas (como arquitetura e urbanismo, geografia, sociologia, economia, planejamento territorial, entre outras): a noção de periferia, marcada como lugar de vulnerabilidade estrutural, de incompletude ou de falta, passa a ser compreendida também como um “ambiente fértil para mudanças sociais” (Simões e Medeiros, 2025). Embora a periferia seja a expressão espacial da desigualdade da urbanização capitalista, ela também carrega potências de transformação construídas coletivamente por aqueles que moram nesses espaços (Urvoy, 2020). Esse processo de subjetivação política permitiu que as classes populares deixassem de se identificar apenas pela categoria moral de “trabalhador” e passassem a se afirmar como “sujeitos periféricos”, constituindo, assim, uma poderosa ferramenta de luta por legitimidade e reconhecimento (D’Andrea, 2022). Essa energia política nasce do compartilhamento de experiências, ao estilo thompsoniano, vivenciadas pelos sujeitos periféricos, resultando em formas próprias de organização e de ação coletiva.

Pouco a pouco, do estigma à condição de pertencimento a uma certa identidade periférica, ser periférico passou a ser fonte de orgulho e base de autoafirmação. Diversos movimentos sociais passam a se reivindicar como periféricos, uma cena cultural autodenominada periférica emerge, junto com as parcerias com os poderes públicos, ONGs, partidos políticos, sindicatos, etc. (Ramos et al., 2024)

Ainda assim, as periferias acumulam adversidades. São os locais onde a população mais afetada pelo racismo estrutural se concentra, enfrentando a violência do Estado e o controle territorial de facções criminosas (Hirata, Rocha e Santos Júnior, 2024). Cotidianamente, essa população lida com o trabalho precarizado, informal ou o desemprego (Abílio, 2022), além de péssimas condições de moradia (Denaldi, 2022) e recursos limitados para sua reprodução social (Canettieri, 2025), disseminando, por exemplo, a condição de endividamento (Santos, 2026). Nesses espaços, acumulam-se experiências de espoliação e desrespeito. Contudo, é neles, também, onde um conjunto de práticas são pensadas, testadas e colocadas em ações para tentar navegar pelas dificuldades acumuladas: lutas contra a remoção e iniciativas comunitárias de autoconstrução; movimento de mães por posto de saúde; defesa do orçamento participativo; saraus e coletivos culturais fazendo cinema, música e arte; articulação interseccional dos movimentos feministas e dos movimentos negros; cursinhos populares nas quebradas; cozinhas solidárias e hortas coletivas. Muitas dessas experiências podem ensinar sobre futuros possíveis para nossas metrópoles.

Em contraposição às paisagens urbanas produzidas para o crescimento do capital, as periferias podem ser compreendidas como “paisagens para a vida” (Rolnik, 2019) – isto é, espaços dedicados à reprodução – e, assim, oferecem a possibilidade de ampliação da imaginação sociológica e urbanística para que outra urbanização possível emerge.

Este número da *Cadernos Metrópole* acolhe o dossiê temático “Periferias urbanas e a política dentro e fora das instituições”, com o objetivo de reconhecer as diversas práticas políticas “das” e “nas” periferias. Os trabalhos aqui compilados partem de uma diversidade de pontos de vista disciplinares, metodológicos e conceituais para que os leitores construam o caleidoscópio complexo dos territórios periféricos. A atuação política das periferias ocorre “com” e “contra” o Estado e “apesar” do Estado. Seja a ação visando à construção de políticas públicas e ao engajamento com as esferas participativas formais – como conselhos e fóruns –, seja a prática de ação direta – como

manifestações e protestos –, seja por meio da construção de alternativas autônomas com redes de solidariedade e práticas comunitárias, tais ações políticas que ocorrem nas periferias merecem maior compreensão por parte da academia.

As práticas políticas que ocorrem nas periferias são produzidas por múltiplos agentes, que envolvem movimentos sociais, agentes públicos, coletivos culturais, entre outros, e resultam, também, em diferentes produtos, como políticas públicas, manifestações, espaços comunitários, entre tantos outros. Essa "sociedade em movimento" não busca necessariamente a conquista do poder estatal, mas a expansão de territórios vivos e vividos que, ao afirmarem sua diferença, apontam a superação do sistema hegemônico a partir de suas próprias práticas de sobrevivência e cooperação (Bartholl, 2018; Zibechi, 2015). As periferias possuem uma potência insurgente capaz de elaborar respostas críticas à colonialidade do saber urbano, pois a forma de produção do espaço das periferias se realiza externamente aos domínios técnicos e institucionais, operando por meio de uma soma de energias insurgentes e ativismos que desafiam o lugar material e simbólico da ordem hegemônica (Velloso, 2022).

Os textos recebidos apontam a grande heterogeneidade de práticas políticas constituídas nas periferias brasileiras. No texto de Réia Silvia Gonçalves Pereira, Wania Mesquista e Vânia Sierra, *"Sou a pastora Ana": conflito e ética do cotidiano em uma favela*, somos apresentados ao caso etnográfico de Ana, pastora evangélica que desafia o poder do tráfico, lastreada em sua atuação assistencial e religiosa. Através dele aparece a discussão sobre as múltiplas instituições, entre legalismos e ilegalismos, que regulam a vida cotidiana das periferias. O artigo *Cartografia participativa como forma de mobilização coletiva para emergência em desastres hidrológicos*, de Talita Gantus-Oliveira e Henrique Candido de Oliveira, apresenta a experiência de elaboração de um mapa técnico-comunitário no bairro Vila Sônia, em Itaquaquecetuba/SP, área periférica e vulnerável a desastres hidrológicos, com o objetivo de construir caminhos seguros e acessíveis para a população. O mapeamento foi realizado por meio de metodologia participativa de cartografia social em oficina, garantindo o fortalecimento dos vínculos, o compartilhamento de conhecimentos técnicos e comunitários e o aprimoramento de políticas públicas adaptadas à realidade local. Em *Agricultura urbana como ambiguidade e ambivalência na periferia de Belo Horizonte*, de Bruno Dias Magalhães, é analisada a prática da agricultura como espaço de disputa política. Mariana Camillo Sant'Ana e Alex Ferreira Magalhães, em *Produção de dados sobre as favelas brasileiras e o problema da comparabilidade intercensos*, investigam as transformações conceituais e metodológicas promovidas pelo IBGE na identificação de Favelas e Comunidades Urbanas (FCU), apontando para possíveis ocorrências de rupturas na identificação ocasionando efeitos de descontinuidade para a leitura territorial das favelas, impactando a elaboração de políticas públicas. Em *Rastreamento a dívida para morar: o caso de Ponta Grossa/PR (2009-2023)*, Carlos Picanço Wambier e Igor Sporch da Costa, por sua vez, exploram formas de endividamento nas periferias urbanas, pela ação da política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, ao analisar os imóveis do Programa retomados por inadimplência. Lia de Mattos Rocha, Monique Batista Carvalho e Jonathan Willian Bazoni da Motta, em *Associativismo "sob cerco": violência e ação coletiva de moradores de favelas no Rio de Janeiro*, apontam, a partir de uma pesquisa etnográfica, o cerceamento de práticas associativistas e comunitárias por práticas do crime organizado. *Por que não ocupar? Periferias em disputa pelo território urbano*, de Bárbara Hypolito, discute o fenômeno das ocupações urbanas como formas de ação política que ultrapassam as formas institucionais e produzem novas micropolíticas e modos de habitar autogestionados, baseados nos afectos e nas subjetividades insurgentes. Aline

Maria Matos Rocha e Linda Maria de Pontes Gondim, no texto *Uma “periferia” no “centro”: o caso da Vila Vicentina* (Fortaleza/CE), abordam uma revisão das categorias de “centro” e “periferia” a partir do caso do Movimento Resistência Vila Vicentina, ressaltando as dinâmicas de transformação do espaço urbano que borram tais categorias e se tornam mais nuançadas, não se referindo apenas à fixidez geográfica, mas também às práticas sociais que se desenrolam nos locais. O texto *Cidades invisíveis, pessoas incríveis: entre autogestão e resistência nas periferias latino-americanas*, de Angélica Tanus Benatti Alvim, Bianca Moro de Carvalho e Marina Erendina Contreras-Saldaña fecha o dossiê do número, analisando as práticas de autogestão e de liderança comunitária em assentamentos informais no Brasil e no México, apontando como essas práticas coletivas e solidárias transformam a vida urbana nas periferias urbanas, reconfiguram as relações entre Estado e sociedade e experimentam formas diferentes de governança local.

Além dos textos que compõem nosso dossiê, o número 67 da *Cadernos Metrópole* conta com textos complementares. Em *Urbanização desigual, controle punitivo e cidadania nas economias dependentes*, Matheus Boni Bittencourt discute a relação entre urbanização e segurança pública no Brasil, explorando a dupla relação existente entre os processos de urbanização e o controle policial-penal de certos territórios da cidade, resultando na criminalização da pobreza e de práticas de violência. O artigo *O papel da infraestrutura verde na drenagem urbana: diagnóstico e diretrizes*, de Adriana Emi Büchler Otakara e Alba Regina Azevedo Arana, explora a importância da adoção de infraestrutura verde voltada para a drenagem urbana, discutindo como os problemas de uso e ocupação do solo e o subdimensionamento do sistema de drenagem frequentemente desconsideram essa dimensão da infraestrutura urbana. Apontamentos sobre clima e cidade: análise de projeto de (re)urbanização em Curitiba, Paraná, de autoria de *Letícia Peret Antunes Hardt, Carlos Hardt e Marlos Hardt*, segue enfatizando a questão ambiental das metrópoles e se propõe analisar o Projeto Gestão de Risco Climático Bairro Novo do Caximba em Curitiba/PR, indicando abordagens possíveis para um planejamento urbano mais resiliente diante da crise climática. Bianca Macêdo, Germana Nunes de Oliveira Melo e Carlos Felipe Grangeiro Loureiro discutem, em *Evolução dos padrões de mobilidade por gênero e suas transversalidades em Fortaleza, Brasil*, as estratégias de deslocamento na cidade, considerando a dimensão do gênero como variável importante para compreender as diferenças relativas aos padrões e às durações das viagens cotidianas. Otávio di Nardo D'Andréa, em seu artigo *Cosmologias da totalidade e práticas materiais no Santuário Nacional da Umbanda*, investiga a relação entre a cosmologia da Umbanda e o espaço do Santuário Nacional, indicando que os vínculos rituais conformam uma relação ética de atenção ao ambiente. Lucas Yudi Moriya Sampaio, no artigo *Analisando a música na cidade: ensaio metodológico nos bairros Catete e Glória, RJ*, apresenta uma metodologia para abordar as práticas musicais na cidade de modo material e imaterial. Assim, o texto contribui para a compreensão da música na cidade, analisando as relações e os padrões que ela constrói, material e imaterialmente, no espaço urbano. O artigo *Avaliação da participação popular no Ciclo de Planejamento Participativo de Fortaleza*, de Elielson Dias dos Santos e Gil Célio de Castro Cardoso, analisa as potencialidades e limitações da participação popular no planejamento urbano de Fortaleza. Já em *Dinâmica imobiliária no “Rio Olímpico”: expansão da produção e reprodução das desigualdades*, de Samuel Thomas Jaenisch, é colocada em foco a análise da expansão imobiliária residencial no Rio de Janeiro durante o ciclo de preparação da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Assim, os resultados da pesquisa apontam que, apesar do aumento da oferta de novas unidades habitacionais,

houve um aprofundamento das desigualdades, o que agravou os conflitos urbanos existentes. Pablo Correa Lima, Frederico Braidá e Marcelo Luís Ribeiro Silva Tavares, no texto *Espaço público em disputa: cenários para os camelôs em Juiz de Fora*, discutem a controvérsia em torno da presença de vendedores ambulantes na região central do município, buscando apresentar cenários possíveis de ocupação do espaço para esse uso inclusivo. Por fim, em *Da “Nova Economia do Projeto” ao Communist Party-led Development*, Elias Jabbour e Javier Vadell apresentam o conceito de *communist party-led development* como um desdobramento da economia do projeto capaz de captar o conjunto de inovações institucionais em curso na China apontando para uma nova forma de organização do desenvolvimento econômico.

Este número da *Cadernos Metrópole* apresenta um convite à reflexão não só a respeito da centralidade política das periferias, mas também sobre temas de interesse para as pesquisas sobre as metrópoles brasileiras. A diversidade temática e metodológica aqui reunida reitera a necessidade de um olhar acadêmico que compreenda as múltiplas complexidades da metrópole, desafie a colonialidade do saber e, assim, aponte caminhos para uma urbanização mais justa e inclusiva.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Thiago CANETTIERI [I]
Luciana Teixeira de ANDRADE [II]
Luís Renato Bezerra PEQUENO [III]

[I] <https://orcid.org/0000-0003-3662-6104>

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Departamento de Urbanismo. Belo Horizonte, MG/Brasil.

thiago.canettieri@gmail.com

[II] <https://orcid.org/0000-0001-6137-1268>

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, MG/Brasil.

lucianatandrade1@gmail.com

[III] <https://orcid.org/0000-0003-2385-8440>

Universidade Federal do Ceará, Instituto de Arquitetura, Urbanismo e Design, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design. Fortaleza, CE/Brasil.

renatopequeno@gmail.com

Referências

- ABÍLIO, L. (2022). Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. *Democracia e direitos fundamentais*, 15 nov.
- BARTHOLL, T. (2018). *Por uma geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta*. Rio de Janeiro, Consequência.
- CALDEIRA, T. (2024). Urbanização periférica: autoconstrução, lógicas transversais e política em cidades do sul global. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 26, n. 1.
- CANETTIERI, T. (2025). Territórios periféricos e as geografias da reprodução social crítica: heterogeneidade de práticas na urbanização periférica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 27.
- D'ANDREA, T. (2022). *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. São Paulo, Dandara.
- DENALDI, R. (2022). "Identificação e caracterização da precariedade habitacional: desafios conceituais e metodológicos". In: KRAUSE, C.; DENALDI, R. (org.). *Núcleos urbanos informais: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional*. Brasília, Ipea.
- HIRATA, D.; ROCHA, L.; SANTOS JÚNIOR, O. (2024). Ilegalismos, controle territorial armado e a cidade: reflexões na perspectiva de uma agenda de pesquisa. *Cadernos Metrópole*, v. 26, n. 61.
- HOLSTON, J. (2013). *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- KOWARICK, L. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARICATO, E. (1979). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil urbano*. São Paulo, Alfa Omega.
- RAMOS, P.; SANTOS, J.; BRAGA, V.; HABERMANN, W. (2024). O surgimento da identidade das periferias brasileiras. *Nexo Jornal*, 22 jun. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/o-surgimento-da-identidade-das-periferias-brasileiras>. Acesso em: 22 abr 2026.
- RICHMOND, M.; KOOPER, M.; OLIVEIRA, V. C.; PLACENCIA, J. (2022). Espaços periféricos ontem e hoje. In: RICHMOND, M. et al. (org.). *Espaços periféricos: política, violência e território nas bordas da cidade*. São Carlos, EdUFSCar.
- ROLNIK, R. (2019). Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. *Revista Interdisciplinar*, v. 5, n. 1.
- SANTOS, K. (2026). *Parcelado: dinâmicas de consumo na periferia*. São Paulo, Fósforo.
- SIMÕES, G.; MEDEIROS, J. (2025). As periferias urbanas como ambiente fértil para mudanças sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 27.
- URVOY, P. (2020). *Cidade em disputa: lutas de moradores e urbanismo autoritário em Belo Horizonte (Brasil) e no Porto (Portugal) – 1960-1980*. Tese de doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- VELLOSO, R. (2022). *Urbano-Constelação*. Belo Horizonte, Cosmópolis.
- ZIBECHI, R. (2015). *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Rio de Janeiro, Consequência.

Editores: Lucia Bógus e Luiz César de Queiroz Ribeiro

Organizadores deste número: Thiago Canettieri, Luciana Teixeira de Andrade, Luís Renato Bezerra Pequeno